

Congresso faz 'semana' de dois dias

Rita Tavares

Brasília — Gilberto Alves

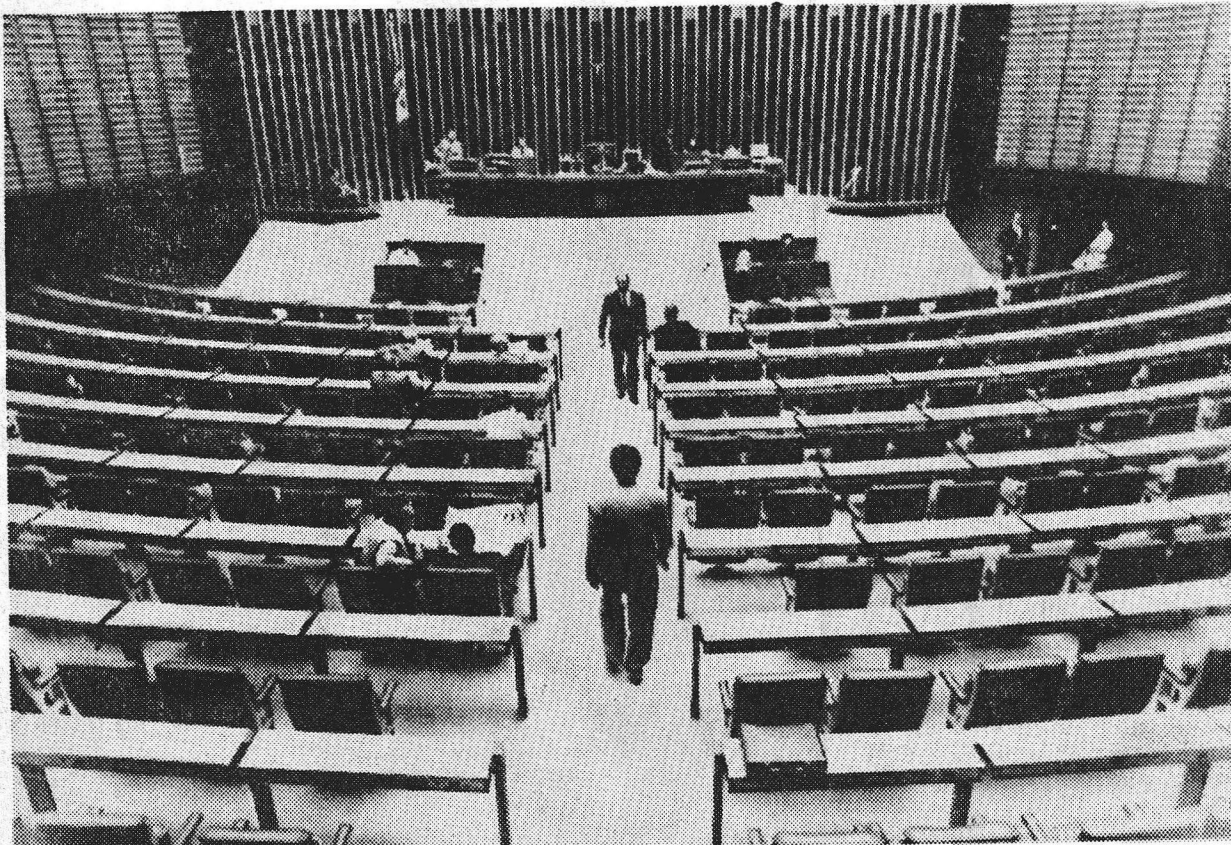
BRASÍLIA — Comissões vazias e plenário fechado, na manhã de quinta-feira, o deputado Ézio Ferreira (PFL-AM) não vacilou. "Estou indo embora. Não sei por que fiquei aqui de ontem para hoje. Vou pegar meu iate e subir o rio", despediu-se em voz alta de um colega. O arrependimento não foi gratuito. A sessão plenária que o reteve em Brasília por mais um dia foi tão inexpressiva que a presidência da Câmara não se deu ao trabalho de preparar pauta de votações, na certeza de que não haveria quórum. O calendário do Congresso tem sido assim: os deputados trabalharam, em plenário, apenas em seis das 12 quintas-feiras deste segundo semestre. A semana de dois dias, que só começa na tarde de terça-feira, é a mais nova prática do Legislativo.

No Congresso, a situação é pior. Das 18 sessões conjuntas entre deputados e senadores neste segundo semestre, apenas uma foi marcada numa quinta-feira. Mesmo assim, em só duas sessões houve presença suficiente para votação. E, nesses dois dias, os parlamentares examinaram antigos vetos presidenciais e um pedido de crédito suplementar. "É a menor semana inglesa do mundo", ironiza o deputado Paulo Delgado (PT-MG). Preocupados com o crescente esvaziamento do Poder Legislativo, líderes do PSDB, do PDT e do PT já pediram ao presidente da Câmara, Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), que tente reverter a situação.

Fim do sexo — Irritado com as críticas dos deputados, Ibsen parte para a provocação: "Isso é coisa de quem quer aparecer em jornal. Se for prometida uma notícia de primeira página para um deputado, ele defende até o fim da prática do sexo no Brasil." No começo deste ano, o deputado assumiu a presidência da Câmara anunciando sessões, a partir das 15h, todas as terças, quartas e quintas-feiras, mas a semana de dois dias acabou vencendo.

São 48 horas em Brasília, que começa na tarde de terça e acabam com o registro de presença no início da tarde de quinta. Entre 15h e 15h30, caminhonetes Veraneio saem lotadas de deputados em direção ao aeroporto. Para Ibsen, isso não é problema. "Às vezes, é até melhor que não se vote nada", des-conversa. Ele justifica a "semana curta" por problemas políticos: a falta de uma maioria parlamentar na Câmara faz com que todos os projetos sejam discutidos exaustivamente até um acordo, que permita a votação.

"Hoje, não há projetos prontos para votar", diz Ibsen. Da lista de temas prioritários do Legislativo, a maioria está mofando nas comissões, que só estão trabalhando nas manhãs das quartas e quintas. Às vezes, para driblar a falta de quórum, presidentes de comissões marcam reuniões para a tarde — o que é proibido pelo regimento. Na gaveta de uma comissão estão, por exemplo, tanto o Projeto Rouanet, que dá incentivos fiscais a atividades culturais, como o projeto de lei que privatiza a administração



Plenário da Câmara: freqüentado às segundas, quintas e sextas por raros assíduos

João Ramid — 30/5/90



Ibsen: planos frustrados

dos portos brasileiros. Para driblar esta morosidade, os líderes partidários valem-se de um recurso regimental chamado "urgência urgentíssima", que faz com que o projeto pule da fase das comissões para a do plenário.

Um dos líderes da oposição recebeu, no entanto, uma outra explicação de Ibsen para a falta de sessões às quintas-feiras: os próprios deputados pressionaram para que a semana fosse abreviada. "O que mais me preocupa é que esse ano não tem eleição. Imagine o que vai acontecer em 1992, com a escolha dos novos prefeitos", pondera o deputado Edson Silva (PDT-CE), um dos assíduos da Câmara. Por chegar nas tardes de segundas e voltar a Fortaleza apenas às sextas-feiras, ele é alvo de brincadeiras de alguns colegas de bancada. Com a experiência de dois mandatos, o deputado Adylson Motta (PDS-RS) faz um diagnóstico realista: "Isso piorou muito. Antes, o pessoal ficava até a sexta."

João Ramid — 9/7/90



Maranhão: gazeteiros fora

Ponte aérea — Na última eleição para o Congresso, a maioria absoluta dos eleitores preferiu votar em branco ou nulo que eleger um deputado e um senador, diminuindo a representatividade dos atuais parlamentares. "O susto provocou um efeito positivo no primeiro semestre: a casa estava sempre cheia", afirma o vice-líder do PSDB, deputado Paulo Hartung (ES). "Dizem que o eleitor tem memória curta, mas, no caso do Congresso, está acontecendo o contrário." Se no primeiro semestre o líder do PDS, Victor Faccioni (RS), conseguia reunir fácil sua bancada, agora isso só é possível às quartas. "Se marcar na manhã de terça, corro o risco de ficar sozinho", brinca. Em todos os partidos, é a mesma coisa.

"Esse pessoal quer ser deputado nas horas vagas", provoca Faccioni. A troca do apartamento funcional por um quarto de hotel é uma das características dos "deputados ponte-aérea". Tanto que o deputado Max

Rosenmann (PFL-PR), que cuida da moradia dos deputados, já contabiliza apartamentos desocupados. É mais fácil, e até rendoso, receber da Câmara um auxílio-moradia de Cr\$ 600 mil, além do salário mensal de Cr\$ 2,5 milhões brutos. Quem permanece só dois dias em Brasília pode ficar, por exemplo, no Hotel Torre, e pagar, no final do mês, menos de Cr\$ 350 mil. Outra solução é um deputado ocupar um apartamento, fazer uma "república" com outros dois e dividir o auxílio-moradia.

Depois de um giro pelos Estados Unidos, Adylson Motta redigiu uma proposta para seus colegas: a divisão do mês em dois períodos. Durante 15 dias, os parlamentares ficariam em Brasília trabalhando e, nos outros 15, visitariam suas bases políticas nos estados. Com isso, o Congresso Nacional não teria mais o recesso de julho nem o que vai de dezembro a fevereiro. "Mas a mentalidade conservadora não aceita isso fácil", diz Motta. A idéia, no entanto, ganhou adeptos na Câmara. O deputado Alberto Goldman (PMDB-SP) aderiu. No Congresso americano, conta Motta, há um calendário detalhado e os deputados trabalham, em alguns meses, apenas uma semana.

No Senado, onde a situação é igual à da Câmara, o vice-líder do governo, Ney Maranhão (PRN-PE), está redigindo um projeto que pune os faltosos. Quem não comparecer a quatro sessões do Senado no mês perderá o mandato por 120 dias, cedendo o lugar ao suplente. "Os suplentes vão ficar, aqui em Brasília, de binóculos em cima do titular", anuncia o senador, saudosos de sua vida no parlamento na década de 50, no Rio de Janeiro. "Nós eramos 226 deputados e nos reuníamos de segunda a sexta, à tarde. E, à noite, era a vez do Congresso."

De 18 sessões mistas, só uma foi marcada na quinta

Deputados da ponte aérea preferem hotel a moradia